

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18794	O RPPS possui segregação de massas?	<ul style="list-style-type: none"> O RPPS deve ter implementado a segregação de massas, conforme disposto na legislação previdenciária. A segregação de massas deve estar formalizada em ato normativo interno (ex: regimento interno, manual de normas) que defina claramente a separação das funções de concessão, manutenção e pagamento de benefícios, bem como as funções de gestão de investimentos e contábeis. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18795	De acordo com o cálculo atuarial relativo ao exercício de 2024, RPPS possui déficit atuarial?	<ul style="list-style-type: none"> O Laudo Atuarial do exercício de 2024, elaborado por atuário legalmente habilitado, deve demonstrar que o valor presente das obrigações previdenciárias (VPO) é superior ao valor presente dos ativos (VPA) do RPPS. O déficit atuarial (VPO - VPA) deve ser expresso em valor monetário no relatório. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18794 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18796	De acordo com o cálculo atuarial relativo ao exercício de 2024, Fundo Previdenciário do RPPS possui déficit atuarial?	<ul style="list-style-type: none"> O Laudo Atuarial do exercício de 2024 deve demonstrar que o valor presente dos ativos do Fundo Previdenciário (VPA) é inferior ao valor presente das obrigações previdenciárias (VPO) que são suportadas por esse fundo. O déficit deve ser expresso em valor monetário, considerando exclusivamente a situação do Fundo Previdenciário. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18794 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18800	Para instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), o Município constituiu formalmente grupo de trabalho que tenha contado com a participação de representantes dos servidores e dos responsáveis pela gestão de pessoas e pelo planejamento da Prefeitura?	<ul style="list-style-type: none"> Deve haver ato formal (portaria ou decreto) instituindo o grupo de trabalho. A composição do grupo deve incluir, obrigatoriamente, representantes dos servidores (ex: sindicato) e representantes das áreas de gestão de pessoas (ex: Secretaria de Administração) e planejamento (ex: Secretaria de Planejamento e Finanças). Devem existir atas ou relatórios que comprovem a efetiva participação desses representantes nas reuniões de trabalho. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18801	Houve a aprovação e a publicação de lei municipal que instituiu o RPC no Município?	<ul style="list-style-type: none"> Deve existir Lei Municipal, aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Prefeito, publicada no Diário Oficial do Município, criando o Regime de Previdência Complementar. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18802	Anexe a lei municipal que institui o Regime de Previdência Complementar no ente.	-	ANEXO	NÃO	(18801 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18803	Referida lei foi encaminhada via sistema GESCON - RPPS, conforme estabelecido na Portaria MTP 1.467/22, Art. 241, VIII, alínea "a"?	<ul style="list-style-type: none"> Deve existir comprovação do envio da lei instituidora do RPC por meio do sistema GESCON-RPPS, como um protocolo ou comprovante de transmissão eletrônica. O envio deve ter ocorrido dentro do prazo regulamentar estabelecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18804	Anexe o comprovante que demonstre o envio, via GESCON-RPPS, da lei de municipal que instituiu o RPC	-	ANEXO	NÃO	(18803 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18805	O Município implementou ou deu início ao processo de implementação do RPC, por meio de alguma das seguintes possibilidades: (i) adesão a plano de benefícios multipatrocinado em funcionamento em EFPC já existente; (ii) criação de plano de benefícios em funcionamento em EFPC já existente; ou (iii) criação de nova EFPC?	<ul style="list-style-type: none"> Deve haver documentação formal que comprove a opção escolhida pelo Município, como: <ul style="list-style-type: none"> (i) Contrato de adesão a plano multipatrocinado; ou (ii) Contrato de instituição de plano de benefícios em EFPC existente; ou (iii) Ata de constituição e estatuto da nova Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC). 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-

Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18806	O Município optou por qual forma de implementação do RPC?	• O Município deve declarar formalmente, por meio de documento (ata, ofício, lei), qual das três formas de implementação foi adotada: (i), (ii) ou (iii).	a) Criação de nova Entidade Fechada de Previdência Complementar. / b) Criação de novo Plano de Benefícios em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente. / c) Adesão de Plano de Benefícios em funcionamento em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente	NÃO	(18805 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18807	Houve a elaboração de estudo de viabilidade que comprovou a adesão de, no mínimo, dez mil participantes ao RPC ou equilíbrio técnico entre receitas e despesas administrativas da EFPC?	• Deve existir estudo de viabilidade técnica e econômica, assinado por profissional ou empresa especializada, que demonstre, por meio de projeções e cenários, a adesão mínima de 10.000 participantes ou que as receitas administrativas do plano/EFPC serão suficientes para cobrir suas despesas, garantindo o equilíbrio técnico.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18806 == "a) Criação de nova Entidade Fechada de Previdência Complementar.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18808	Anexe o estudo de viabilidade que comprovou a possibilidade de adesão de mais de dez mil participantes; ou do estudo de viabilidade que comprovou a viabilidade financeira da entidade.	-	ANEXO	NÃO	(18807 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18809	Houve (i) a elaboração de estudo de viabilidade que tenha comprovado a adesão de quantidade participantes que assegure o equilíbrio técnico entre receitas e despesas administrativas do plano; e, para a contratação da EFPC, a instauração de processo de seleção público, com instrução processual diligente e observância dos princípios da impessoalidade e publicidade?	• (i) Deve existir estudo de viabilidade que comprove que o número de participantes garante o equilíbrio entre receitas e despesas administrativas. • (ii) Deve haver processo licitatório, devidamente instruído com edital, atas de julgamento e publicação, que observe os princípios da impessoalidade e publicidade para a seleção da EFPC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18806 == "b) Criação de novo Plano de Benefícios em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18810	Anexe a cópia do estudo de viabilidade que comprovou a viabilidade financeira do plano e dos autos do processo de seleção pública para a contratação da EFPC.	-	ANEXO	NÃO	(18809 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18811	Houve a elaboração de processo de seleção pública, com instrução processual diligente e observância dos princípios da impessoalidade e publicidade, para a contratação da EFPC?	• Deve existir processo administrativo formal de seleção para contratação dos serviços da EFPC, com edital publicado, propostas recebidas, ata de julgamento e homologação, assegurando tratamento isonômico a todos os participantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18806 == "c) Adesão de Plano de Benefícios em funcionamento em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18812	Anexe os autos do processo de seleção pública para a contratação da EFPC.	-	ANEXO	NÃO	(18811 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18813	O ente federativo adota medidas para a conscientização e a devida inclusão dos novos servidores no RPC, disponibilizando de forma permanente e tempestiva informações sobre sua proteção previdenciária?	• O ente deve possuir um programa ou conjunto de ações formais de divulgação (ex: cartilhas, palestras na posse, portal eletrônico) direcionado aos novos servidores. • As informações devem ser claras, acessíveis e fornecidas no momento do ingresso no serviço público, explicando os regimes de previdência (RPPS e RPC) aos quais estão vinculados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18805 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18814	Anexe o documento que demonstra que o ente federativo adota medidas para a conscientização e a devida inclusão dos novos servidores no RPC, disponibilizando de forma permanente e tempestiva informações sobre sua proteção previdenciária.	-	ANEXO	NÃO	(18813 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18815	O Município firmou Convênio de Adesão com EFPC para que a entidade faça a gestão do plano de benefícios de seus servidores?	• Deve existir Convênio de Adesão ou Contrato formal, devidamente assinado entre o Município e a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), estabelecendo as condições para a gestão do plano de benefícios.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18805 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-

Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18816	Anexe o Convênio de Adesão firmado entre o Município e a EFPC para a gestão plano de benefícios do RPPS.	-	ANEXO	NÃO	(18815 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18817	O Convênio de Adesão firmado com a EFPC para gestão do plano de benefício foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)?	• Deve existir documento emitido pela PREVIC (ofício, portaria) atestando a aprovação do Convênio de Adesão ou do plano de benefícios, conforme a competência do órgão regulador.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18815 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18818	Anexe a publicação da aprovação pela PREVIC do Convênio de Adesão firmado entre o Município e a EFPC.	-	ANEXO	NÃO	(18817 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18819	Houve adesão ao RPC de servidores no ano de referência, que já possuíam remuneração de cargo efetivo superior ao limite máximo de benefícios do RGPS após a publicação da lei de instituição do regime de previdência complementar?	• Deve haver registro no sistema de gestão do RPC ou em formulários de opção que comprovem a adesão formal de servidores que, à época da opção, já tinham remuneração acima do Teto do RGPS. • A adesão deve ter ocorrido após a vigência da lei que instituiu o RPC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18820	Houve contratação/ingresso de servidor no ano de referência, cuja remuneração do cargo efetivo seja superior ao limite máximo de benefícios do RGPS após a publicação da lei de instituição do regime de previdência complementar?	• Deve haver registro de pelo menos um novo servidor admitido no ano de referência cuja remuneração inicial do cargo efetivo seja superior ao Teto do RGPS vigente na data da admissão. • A lei do RPC deve estar em vigor antes da admissão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18821	Tal ingresso foi declarado em campo próprio do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR?	• O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) do período correspondente ao ingresso deve conter o registro do(s) novo(s) servidor(es) no campo específico destinado a essa finalidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18820 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18822	Os novos servidores que ingressaram após a instituição do RPC, cuja remuneração do cargo efetivo seja superior ao limite máximo de benefícios do RGPS, foram automaticamente incluídos no regime complementar?	• A lei instituidora do RPC deve prever a filiação automática e obrigatória dos novos servidores que preencham o critério de remuneração. • Deve haver evidência de que a inclusão ocorreu de forma automática, sem necessidade de manifestação expressa do servidor, para todos os casos enquadrados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18820 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18823	O Município possui Comitê de Assessoramento da Previdência Complementar (CAPC), instituído em caráter permanente, por meio de ato normativo local?	• Deve existir ato normativo, que institua formalmente o CAPC, definindo sua natureza permanente, composição e atribuições.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18819 == "SIM") OU (18822 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18824	Anexe o instrumento normativo que promoveu a constituição formal do CAPC.	-	ANEXO	NÃO	(18823 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18825	O CAPC realiza o acompanhamento do desempenho do RPC?	• Devem existir atas de reuniões, relatórios ou pareceres do CAPC que demonstrem a análise periódica de indicadores de desempenho do RPC, como adesão, rentabilidade dos investimentos e situação atuarial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18826	O CAPC é composto de membros designados pelo Município por servidores públicos participantes do RPC?	• O ato de instituição ou regimento do CAPC deve prever a composição paritária ou com representação de ambas as partes, incluindo membros designados pela administração municipal e membros representantes dos servidores participantes do RPC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18827	Os membros do CAPC possuem formação superior completa e atendem aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento pelo ente federativo?	• O ato regulamentador do CAPC deve definir os requisitos técnicos mínimos (formação e experiência) para seus membros. • Os currículos dos membros titulares devem comprovar a formação superior e a atendimento a esses requisitos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18828	Anexe o documento que comprova a formação superior completa dos membros do CAPC e o atendimento aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento pelo ente federativo	-	ANEXO	NÃO	(18827 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18829	O CAPC acompanha a adesão dos novos servidores ao RPC?	• Devem existir registros (atas, relatórios) que demonstrem que o CAPC monitora os índices de adesão e a correta inclusão dos novos servidores obrigatórios no RPC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18830	Anexe o documento que demonstra o acompanhamento da adesão dos novos servidores ao RPC por parte do CAPC.	-	ANEXO	NÃO	(18829 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-

Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18831	Qual tipo de alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos efetivos é adotada pelo Município?	efetivos é adotada pelo Município? - O Município deve informar qual o sistema adotado: alíquota única ou alíquotas progressivas, com base na legislação local (Lei do RPPS).	a) Alíquota fixa. / b) Alíquota progressiva.	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18832	A alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos é igual ou superior a 14%?	* A Lei municipal que disciplina o RPPS deve estabelecer alíquota de contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos de, no mínimo, 14% (catorze por cento), nos termos do § 2º do art. 40 da CF/88.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "a) Alíquota fixa.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18833	A possibilidade de instituição de alíquotas progressivas está prevista (referendada) na legislação do Município?	* A Lei Orgânica do Município ou a Lei do RPPS deve prever expressamente a possibilidade de instituição de alíquotas de contribuição progressivas em função da remuneração.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "b) Alíquota progressiva.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18834	O Município elaborou estudos atuariais que demonstraram que a instituição de alíquotas progressivas contribuiria para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS?	* Deve existir estudo técnico-atuarial, assinado por atuário habilitado, que demonstre, por meio de projeções, o impacto positivo da adoção de alíquotas progressivas na sustentabilidade de longo prazo do RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "b) Alíquota progressiva.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18835	As alíquotas progressivas de contribuição correspondem, no mínimo, àquelas previstas no §1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019 (7,5% a 22%, conforme a remuneração)?	* A tabela de alíquotas progressivas instituída pelo Município deve ser, no mínimo, equivalente àquela estabelecida na EC 103/2019, partindo de 7,5% para as faixas inferiores de remuneração e atingindo 22% para as faixas superiores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "b) Alíquota progressiva.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18836	O Município prevê em lei como responsabilidade do RPPS exclusivamente o pagamento de benefícios de caráter permanente (aposentadorias e pensões)?	* A Lei do RPPS deve definir expressamente que sua competência se restringe ao pagamento de aposentadorias e pensões, excluindo expressamente quaisquer outros benefícios, como auxílios (natalidade, funeral, etc.) ou reformas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18837	Anexe a lei municipal que prevê como responsabilidade do RPPS exclusivamente o pagamento de benefícios de caráter permanente (aposentadorias e pensões).	-	ANEXO	NÃO	(18836 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18838	O Município prevê em sua lei orgânica, para aposentadorias de homens e mulheres concedidas pelas regras gerais, idade mínima de 65 e de 62 anos, respectivamente?	* A Lei Orgânica do Município ou a Lei do RPPS deve estabelecer, para a aposentadoria voluntária nas regras gerais, a idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos para homens e 62 (sessenta e dois) anos para mulheres.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18839	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadorias de homens e mulheres concedidas pelas regras gerais, idade mínima de 65 e de 62 anos, respectivamente.	-	ANEXO	NÃO	(18838 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18840	O Município prevê em lei, para aposentadorias concedidas pelas regras gerais, (i) tempo mínimo de contribuição de 25 anos ou mais; (ii) tempo mínimo de serviço público de 10 anos ou mais; e (iii) tempo mínimo de permanência no cargo de aposentadoria de 5 anos ou mais?	* A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer, cumulativamente: (i) Tempo de contribuição mínimo de 25 anos; (ii) Tempo de serviço público ao ente de, no mínimo, 10 anos; (iii) Tempo de exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria de, no mínimo, 5 anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18841	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadorias concedidas pelas regras gerais, (i) tempo mínimo de contribuição de 25 anos ou mais; (ii) tempo mínimo de serviço público de 10 anos ou mais; e (iii) tempo mínimo de permanência no cargo de aposentadoria de 5 anos ou mais.	-	ANEXO	NÃO	(18840 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18842	O Município prevê em lei, para aposentadoria de professores e professoras, (i) idade mínima de 60 e de 57 anos para aposentadoria, respectivamente, e (ii) tempo mínimo de contribuição de 25 anos em exercício de funções de magistério?	* A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer, para os professores da educação básica: (i) Idade mínima de 60 (sessenta) anos para homens e 57 (cinquenta e sete) anos para mulheres; (ii) Tempo de contribuição de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos, com efetivo exercício em funções de magistério.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18843	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadoria de professores e professoras, (i) idade mínima de 60 e de 57 anos para aposentadoria, respectivamente, e (ii) tempo mínimo de contribuição de 25 anos em exercício de funções de magistério.	-	ANEXO	NÃO	(18842 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18844	O Município prevê em lei, para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, (i) idade mínima de 60 anos para aposentadoria e (ii) tempo mínimo de contribuição e efetiva exposição de 25 anos?	* A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer, para aposentadoria especial: (i) Idade mínima de 60 (sessenta) anos; (ii) Tempo de contribuição e de efetiva exposição aos agentes nocivos de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-

Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18845	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, (i) idade mínima de 60 anos para aposentadoria, e (ii) tempo mínimo de contribuição e efetiva exposição de 25 anos.	-	ANEXO	NÃO	(18844 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18846	O Município prevê em lei, para aposentadoria de servidores com deficiência, (i) idade mínima, e (ii) tempo mínimo de contribuição diferenciados?	• A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer regras específicas e diferenciadas para servidores com deficiência, definindo idade mínima e tempo de contribuição reduzidos em relação às regras gerais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18847	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadoria de servidores com deficiência, (i) idade mínima, e (ii) tempo mínimo de contribuição diferenciados.	-	ANEXO	NÃO	(18846 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18966	O ente federativo possui ato normativo vigente que regulamente o recenseamento (recadastramento) dos servidores ativos?	• Deve existir lei, decreto ou portaria em vigor que discipline a obrigatoriedade, a periodicidade e os procedimentos do recadastramento dos servidores ativos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18967	Anexe a Política de Recenseamento de servidores ativos.	-	ANEXO	NÃO	(18966 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18968	O ente federativo ou o RPPS realiza recenseamento previdenciário para atualizar os dados cadastrais de servidores ativos, pelo menos a cada 05 (cinco) anos?	• Deve haver evidências da realização do recenseamento quinquenal dos servidores ativos (ex: cronograma, comunicados, relatório de conclusão).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18969	Anexe o instrumento (edital, portaria etc.) de convocação para o recenseamento.	-	ANEXO	NÃO	(18968 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18970	A realização do último censo previdenciário atingiu o percentual mínimo de participação/comparecimento de 80% para a modalidade presencial ou digital de servidores ativos?	• Relatório estatístico do último recenseamento de ativos deve demonstrar que, pelo menos, 80% do quadro de servidores ativos compareceram e atualizaram seus dados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18971	Anexe o Relatório final do censo detalhando os percentuais alcançados por modalidade e grupo de segurados/beneficiários.	-	ANEXO	NÃO	(18970 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-